



Universidade Federal
de Campina Grande

QUALIDADE DA DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO NA AMÉRICA LATINA

UMA ANÁLISE TEÓRICA E EMPÍRICA DOS REGIMES POLÍTICOS

JOSÉ MARIA P. DA NÓBREGA JR.: Professor Adjunto II da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA). Unidade Acadêmica de Educação do Campo - UAEDUC. Doutor em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da UFCG (NEVU). Pesquisador do NICC - Núcleo de Estudos em Instituições Coercitivas e da Criminalidade da UFPE. Pesquisador do INCT- Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (InEAC) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisador do Núcleo de Pesquisa Instituições, Gestão Pública e Desenvolvimento Sustentável (NUGEP-CDSA/UFCG). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Epistemologia e Método em Ciência Política Comparada (UFPE). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Instituições da Democracia, do Estado de Direito e da Cidadania no Brasil e na América Latina (UFPB). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas em Nível Subnacional (UFCG). Colunista político na Rádio JC News, Pernambuco.





RESUMO

As democracias contemporâneas são avaliadas além de sua capacidade de produzir governos e representantes nos Legislativos. Avaliar a capacidade das democracias como regime político – soma de forma de governo com o desempenho dos estados em garantir direitos de cidadania – faz parte da ordem do dia nos estudos de teoria política e de políticas públicas e análises institucionais em perspectiva comparada. O conceito de desenvolvimento humano também se insere nessa nova perspectiva teórica e empírica de análise da democracia. Este conceito perpassa o caráter social da teoria e inclui a preocupação com a dignidade humana, convergindo além da inclusão social, a inclusão política. Não há democracia sem desenvolvimento humano e não há desenvolvimento humano sem estado democrático de direito. Nesse diapasão, torna-se imprescindível analisar as democracias latino-americanas em suas capacidades de gerar direitos humanos e, por sua vez, desenvolvimento humano. Nesta análise, em específico, além do estudo teórico sobre a democracia e o desenvolvimento humano na América Latina, busca-se aplicar a teoria à averiguação empírica das tipologias sobre regimes políticos e a percepção da sociedade latino-americana a respeito das instituições políticas e sociais de seus países. Os resultados deste trabalho mostram que a maioria dos países da América Latina não são democracias consolidadas por que, apesar de produzirem governos em processos eleitorais na sua maioria limpos e legítimos, as suas instituições políticas são pouco críveis em relação as suas populações e as tipologias mostram várias lacunas, sobretudo na participação e cultura políticas.

Palavras-chave:

Democracia, regime político, instituições e estado de direito.



INTRODUÇÃO

O desafio aqui é analisar os regimes políticos latino-americanos na sua capacidade de garantir o mínimo de direitos (civis, políticos e sociais) aos cidadãos dos países latino-americanos. Serão pontuados alguns aspectos teóricos e empíricos desses regimes utilizando para tal uma referência bibliográfica para definir os conceitos de democracia e de desenvolvimento humano somado ao estudo sistemático desses conceitos às comprovações empíricas através de análises importantes que buscaram, de alguma forma, medir o nível de democracia nos países latino-americanos. O instrumento mais adequado utilizado foi o Index Democracy (2012), estudo realizado pela *Revista The Economist*, que é realizado todos os anos com o intuito de mensurar a percepção do regime político democrático em alguns países distribuídos pelos cinco continentes. Deste material, foram extraídos os países latino-americanos e o resultado empírico será explicado em seção específica neste trabalho. Também, como instrumento empírico, utilizei as pesquisas do *Latinobarómetro* referenciadas nos estudos de G. O'Donnell (2010).



INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

Não obstante vários países latino-americanos terem transitado de regimes autoritários para regimes democráticos nas décadas de oitenta e noventa, resquícios autoritários e instituições híbridas permaneceram em muitos de seus contextos institucionais (MÉNDEZ, O'DONNELL e PINHEIRO, 2000). Averiguar os regimes contemporâneos dos países Latino-Americanos numa perspectiva comparada é necessário. Para isso, algumas teorias contemporâneas da Ciência Política são úteis para a fundamentação epistemológica da análise.



INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

Definindo democracia:

“A democracia é um regime político: (a) que promove eleições competitivas livres e limpas para o Legislativo e o Executivo; (b) que pressupõe uma cidadania adulta abrangente; (c) que protege as liberdades civis e os direitos políticos; (d) no qual os governos eleitos de fato governam e os militares estão sob controle civil. Essa descrição minimalista procedural contrasta com aquelas não-procedurais, como a de Bollen (1980; 1991), e com as procedurais submínimas, como as de Schumpeter (1947) e Przeworski et alii (2000)”.



INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

A ruptura da Doutrina Clássica da Democracia, fundou uma nova perspectiva teórica da Democracia: a mesma seria um método de escolha, nada mais.

“Por democracia, Schumpeter queria se referir a um método político, ou seja, uma estrutura institucional para chegar a decisões políticas (legislativas e administrativas) investindo certos indivíduos com poder de decidir sobre todas as questões como consequências de sua dedicação bem sucedida à obtenção do voto popular” (HELD, 1987: 151).



INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

As transições democráticas não foram suficientes para consolidar a democracia na América Latina. As eleições percorrem em quase todos os regimes políticos latino-americanos, contudo a maioria dos eleitores e não eleitores cidadãos desses países tem negado o Estado de Direito (PINHEIRO, 2000).

“Não há nenhuma dúvida de que o processo de consolidação democrática faz emergir e fortalecer os cinco campos que interagem entre si e se sustentam – a sociedade civil, a sociedade política, o Estado de Direito, o aparato estatal (um Estado ‘usável’), a sociedade econômica (PINHEIRO, 2000: 11)”.



INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

Pinheiro (2000) fala de consolidação democrática ligada a qualidade do Estado de Direito. Qualidade esta vinculada a capacidade de garantir/preservar direitos individuais para ampla maioria da população. A violência constante aparece em seu texto como algo impensável em democracias consolidadas. A violência descontrolada e práticas autoritárias das instituições coercitivas fragilizariam as democracias latino-americanas.



INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

Mainwaring et al (2001) cunha o conceito de semidemocracia para os países que se caracterizam como regimes políticos híbridos, ou seja, que são compostos por instituições políticas que apresentam características de democracia e de autoritarismo. Diferente de Ottaway (2003), que delineou o conceito de *semiautoritarismo*, o regime híbrido trabalhado por Mainwaring vislumbra sistemas políticos eleitorais com as características schumpeterianas, mas que resvalam em instituições políticas autoritárias em algumas conjunturas institucionais da formatação do estado. Isso me leva a apontar duas questões importantes: a primeira, o avanço democrático em torno das eleições e do sufrágio universal. A segunda, a incapacidade da maioria dos países latino-americanos em garantir direitos básicos de cidadania e de controlar efetivamente seus militares. (Forma de governo democrática (democracia representativa), mas sem estado de direito (falha na garantia dos direitos civis)).



INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

ZAVERUCHA (2005), NÓBREGA JR (2009; 2010a e 2010b) e NÓBREGA JR., ZAVERUCHA e ROCHA (2011) voltam-se para a análise do regime político brasileiro tendo como pano de fundo a teoria minimalista da democracia, mas não submínima, para avaliar teoricamente como os critérios *c* e *d* da definição de Mainwaring et al (2001) se enquadram no regime político brasileiro. Questões como o crescente descontrole dos homicídios, a continuidade das prerrogativas militares mesmo em democracia política, a violência policial, as práticas de tortura nos âmbitos dos presídios, polícias divididas em dois ciclos incompletos, militarização da segurança pública, são pontos de preocupação destes autores (ZAVERUCHA, 2000; 2004 e 2005; NÓBREGA JR, 2009; 2010A, 2010B e 2012; ZAVERUCHA, NÓBREGA JR e ROCHA, 2009; NÓBREGA JR, ZAVERUCHA e ROCHA, 2011).



DESENVOLVIMENTO HUMANO, DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA

O conceito de desenvolvimento humano tem como base teórica as contribuições de Amartya Sen e sua influência nos “Informes” do PNUD, onde a visão dominante de desenvolvimento, concentrada no desempenho da economia, é substituída por uma visão onde este desenvolvimento tem como foco o “ser humano”, suas potencialidades e processos de inclusão. O conceito busca averiguar as possibilidades do indivíduo em alcançar as elementares capacidades de viver uma vida longa e saudável, ser socialmente reconhecido e desfrutar uma vida de bem estar.



DESENVOLVIMENTO HUMANO, DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA

Para que as possibilidades humanas sejam contempladas, os direitos humanos (a soma dos direitos civis, políticos e sociais mais a preocupação com a dignidade humana) não toleram o descontrole da violência institucional e social, nem a incapacidade estatal em garantir direitos básicos de cidadania em contextos ditos democráticos. Pela teoria aqui exposta, desenvolvimento humano está atrelado à capacidade do estado em garantir direitos básicos (direitos humanos). Quando há violações graves a tais direitos o desenvolvimento humano está ameaçado e, conforme a teoria da democracia aqui defendida, a democracia – como regime político - também está ameaçada quando essas violações se tornam frequentes.



DESENVOLVIMENTO HUMANO, DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA

Em suas origens, o conceito de desenvolvimento humano se concentrava no contexto social, enquanto o conceito de direitos humanos focava no sistema legal e sua capacidade preventiva e reparativa da violência estatal e civil. Contudo, e conforme a filosofia de Sen, o Desenvolvimento Humano, e sua discussão sobre direitos humanos, passaram a convergir os aspectos sociais das desigualdades e da pobreza com os direitos básicos de cidadania.



CLASSIFICANDO REGIMES POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA

A Revista inglesa *The Economist* todos os anos lança um relatório sobre o indicador de regimes políticos no mundo. São 167 países classificados por critérios como, por exemplo, liberdades civis e cultura política. A classificação é quadricotômica, ou seja, os países são classificados em *Full Democracies* (democracias consolidadas), *Flawed Democracies* (democracias falhas), *Hybrid Regimes* (regimes híbridos) ou *Autoritharian Regimes* (regimes autoritários).

CLASSIFICANDO REGIMES POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA

Desses países, 25 foram classificados como democracias consolidadas, o que equivale a 15% dos países analisados. Estes concentram 11,3% da população mundial. Cinquenta e quatro países foram classificados como democracias falhas, o que equivale a 32,3% dos países estudados, nestes concentram-se 37,2% da população mundial. Trinta e sete países foram classificados como regimes híbridos, o que equivale a 22,2% dos países analisados, e concentram 14,4% da população mundial. Por fim, 51 países foram classificados como regimes plenamente autoritários, o que corresponde a 30,5% dos países analisados, aí concentrando 37,1% da população do globo. Percebe-se que a maioria dos países classifica-se numa “zona cinzenta” entre democracias plenas e regimes autoritários. Ou seja, 54,5% dos países nem são democracias consolidadas, nem são regimes autoritários. Concluo que são regimes semidemocráticos (NÓBREGA JR, 2010b). Outra informação importante, esses regimes híbridos semidemocráticos concentram 51,6% da população mundial. Meu objetivo aqui é analisar a classificação deste *Index* ao nível dos países da América Latina.



CLASSIFICANDO REGIMES POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA

Full Democracies (democracias consolidadas): países em que as liberdades políticas fundamentais e as liberdades civis são respeitadas e, além disso, apoiam uma cultura política favorável ao robustecimento da democracia. O funcionamento do governo é satisfatório. A mídia é independente e diversificada. Existe um sistema eficaz de freios e contrapesos. O poder judiciário é independente e as decisões judiciais são cumpridas.



CLASSIFICANDO REGIMES POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA

Flawed democracies (democracias falhas): nesses países também há eleições livres com respeito às liberdades civis básicas. Contudo, há problemas na sua governança e baixo desenvolvimento da sua cultura política, além de baixos níveis de participação política.



CLASSIFICANDO REGIMES POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA

Hybrid regimes (regimes híbridos): nos países híbridos há irregularidades institucionais que impedem a liberdade e a justiça. Além das falhas encontradas na fraca governança e no baixo desenvolvimento da sua cultura política e dos baixos níveis de participação política, características de regimes de democracias falhas, a corrupção é alta e as regras não servem para todos com o mesmo impacto. Há judiciário sem independência e uma imprensa que sofre constantes repressões.



CLASSIFICANDO REGIMES POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA

Authoritarian regimes (regimes autoritários): Nesses estados o pluralismo político é ausente ou muito circunscrito. Muitos países nesta categoria são ditaduras definitivas. Podem existir algumas instituições formais da democracia, mas estas têm pouca substância. Eleições, se vierem a ocorrer, não são livres e justas. Há desrespeito pelos abusos e violações das liberdades civis. A imprensa e a mídia são tipicamente estatais ou controladas por grupos ligados ao regime no poder. Há repressão de críticas ao governo e a censura é generalizada. Não há poder judiciário independente (DEMOCRACY, 2012: 28).



CLASSIFICANDO REGIMES POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA

Metodologicamente o *Index Democracy* (2012) aplicou *surveys* com perguntas para analisar os países em sua *performance* em:

I. ***Electoral process and pluralismo*** (Processo eleitoral e pluralismo político); II. ***Functioning of government*** (funcionamento do governo); III. ***Political Participation*** (participação política); IV. ***Political Culture*** (Cultura Política); e V. ***Civil Liberties*** (Liberdades civis).

CLASSIFICANDO REGIMES POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA

Os critérios de avaliação levam em consideração vários aspectos do regime político em seu poder em garantir liberdade e o mínimo de igualdade social, política e econômica (desenvolvimento humano). As respostas dão a oportunidade ao entrevistado responder as seguintes opções: 1 (alto), 0,5 (moderado) e 0 (baixo) em relação as perguntas, ou seja, se há alto, moderado ou baixo nível de respeito à democracia, segundo os critérios expostos. As notas atribuídas ao questionário vão de 0 a 10, onde os países que tem notas médias entre 8 e 10 se classificam entre as democracias consolidadas. Os que ficam entre 6 e 7,9 são classificados como democracias falhas. Os países que ficam entre 4 e 5,9 são classificados como regimes híbridos. E os países com notas médias abaixo de quatro são classificados como regimes autoritários. Toda a metodologia de questionário qualitativo tem, como base teórica, autores contemporâneos da teoria democrática.

Quadro 1. Tabela dos Países Latino Americanos na Classificação de Regimes Políticos

ranking	país	média score	posição mundial	Classificação
1	Uruguai	8.17	18	Democracia
2	Costa Rica	8.10	22	Democracia
3	Chile	7.54	36	Semidemocracia
4	Brasil	7.12	44	Semidemocracia
5	Panamá	7.08	46	Semidemocracia
6	Trinidad e Tobago	6.99	48	Semidemocracia
7	México	6.90	51	Semidemocracia
8	Argentina	6.84	52	Semidemocracia
9	Suriname	6.65	56	Semidemocracia
10	Colômbia	6.63	57	Semidemocracia
11	Rep. Dominicana	6.49	60	Semidemocracia
12	El Salvador	6.47	61	Semidemocracia
13	Peru	6.47	61	Semidemocracia
14	Paraguai	6.26	70	Semidemocracia
15	Guiana	6.05	76	Semidemocracia
16	Guatemala	5.88	81	Semidemocracia
17	Bolívia	5.84	85	Semidemocracia
18	Honduras	5.84	85	Semidemocracia
19	Equador	5.78	87	Semidemocracia
20	Nicarágua	5.56	92	Semidemocracia
21	Venezuela	5.15	95	Semidemocracia
22	Haiti	3.96	116	Semidemocracia
23	Cuba	3.52	127	Autoritarismo

Fonte: Index Of Democracy (2012). The Economist. Formatado pelo autor tendo como base a teoria minimalista da democracia (Mainwaring et al, 2001).



CLASSIFICANDO REGIMES POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA

Os regimes políticos na América Latina promovem eleições conforme a teoria e a comprovação empírica do *Index*, mas violam constantemente direitos civis básicos, com baixa participação política da comunidade nas discussões de políticas públicas, com níveis baixos de cultura política democrática e grande desconfiança nas instituições políticas. Há abuso dos estados em usar da tortura e da violência ilegal contra os seus cidadãos (O'DONNELL, 2000). O *Index of Democracy* (2012) demonstra que os regimes políticos na América Latina ainda não são democracias consolidadas. E as nossas instituições frágeis a isso confirma.

Quadro 2. Tabela dos Países latino-americanos por critérios de avaliação

País	Processo eleitoral e pluralismo	Funcionamento do governo	Participação política	Cultura política	Liberdades civis
Uruguai	10	8,93	4,44	7,5	10
Costa Rica	9,58	8,21	6,11	6,88	9,71
Chile	9,58	8,57	3,89	6,25	9,41
Brasil	9,58	7,5	5	4,38	9,12
Panamá	9,58	6,43	5,56	5	8,82
Trinidad e Tobago	9,58	7,14	5	5	8,24
México	8,33	7,14	6,67	5	7,35
Argentina	8,75	5,71	5,56	6,25	7,94
Suriname	9,17	6,43	4,44	5	8,24
Colômbia	9,17	7,5	3,89	3,75	8,82
República Dominicana	8,75	5,36	4,44	6,25	7,65
El Salvador	9,17	6,07	3,89	5	8,24
Peru	9,17	5	5,56	4,38	8,24
Paraguai	8,33	5,36	5	4,38	8,24
Guiana	7,92	5,36	5,56	4,38	7,06
Guatemala	7,92	6,43	3,33	4,38	7,35
Bolívia	7	5	6,11	3,75	7,35
Honduras	8,75	5,71	3,89	4,38	6,47
Equador	7,83	4,64	5	4,38	7,06
Nicarágua	6,58	4,36	3,89	5,63	7,35
Venezuela	5,67	4,29	5,56	4,38	5,88
Haiti	5,17	2,21	2,22	3,75	6,47
Cuba	1,75	4,64	3,89	4,38	2,94
Média	8,14	5,99	4,73	4,97	7,73

Fonte: Index Democracy (2012). Formatado pelo autor. Cálculo das médias do autor

CONFIANÇA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO NA AMÉRICA LATINA



Universidade Federal
de Campina Grande

Conforme o que foi discutido nas outras seções, o estado democrático de direito é um dos principais pilares da Democracia Contemporânea. Um regime político democrático pressupõe direitos iguais, acesso à Justiça igualitária e instituições sólidas e confiáveis. Nos países latino-americanos isto é uma exceção na percepção de seus cidadãos.

Quadro 3. Quanta confiança você deposita na polícia?

	Muita	Alguma	Pouca	Nenhuma
ARGENTINA	3,4	25,9	43,2	27,4
BOLÍVIA	3,1	30,1	37,6	29,2
BRASIL	12,4	30,1	35,4	22,1
COLÔMBIA	15,7	27,2	34,2	22,9
COSTA RICA	6,5	30,3	34,4	28,8
CHILE	17,4	46	24,8	11,8
EQUADOR	2	16,4	43,2	38,4
EL SALVADOR	10,5	23	39,3	27,2
GUATEMALA	3,9	16,3	39,4	40,4
HONDURAS	17,2	22,9	30,4	29,6
MÉXICO	7,8	23,5	34,5	34,2
NICARÁGUA	14,2	24,1	31	30,8
PANAMÁ	13,8	38,7	29,3	18,2
PARAGUAI	4,5	21,3	30,5	43,7
PERU	3,9	26,6	37,9	31,6
REP. DOMINICANA	10,8	35,4	32,3	21,5
URUGUAI	12,9	37,5	32,3	17,4
VENEZUELA	14,3	34,4	28,5	22,8

Fonte: O'DONNEL (2010: p. 183) retirado da pesquisa efetuada em 2006 pelo *Latinobarómetro*.

CONFIANÇA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO NA AMÉRICA LATINA



Universidade Federal
de Campina Grande

Ainda segundo o *Latinobarómetro* (2008), 68,8% dos latino-americanos acreditam que os funcionários estatais são corruptos, com um máximo de 80,8% em Honduras e um mínimo de 45,6% no Uruguai, que também é um dado alto. Corrupção e ineficácia institucional estão no cerne da crise de estado pela qual passa quase todos os países da América Latina.

Quadro 4. Quanta confiança você deposita no poder judiciário?

	Muita	Alguma	Pouca	Nenhuma
ARGENTINA	4,3	27,9	43,7	24,1
BOLÍVIA	4,6	34	39,4	21,9
BRASIL	14,7	31,4	36,5	17,4
COLÔMBIA	11,8	27,1	42	19,1
COSTA RICA	10,7	35	38,3	15,9
CHILE	3,6	30	40,2	26,3
EQUADOR	0,8	14,4	33,6	51,1
EL SALVADOR	7,6	21,5	38,5	32,4
GUATEMALA	4,2	24	48,2	23,5
HONDURAS	15,2	18	32,1	34,6
MÉXICO	8,2	31,4	36,8	23,7
NICARÁGUA	8,7	16,8	36,2	38,3
PANAMÁ	6,6	34,5	36,3	22,6
PARAGUAI	5,5	14,1	39,7	40,8
PERU	2,5	16,6	39,8	41,1
REP. DOMINICANA	12,8	44,2	29,8	13,2
URUGUAI	15,2	42,6	29,8	12,4
VENEZUELA	23	37,6	24	15,5

Fonte: O'DONNELL (2010: p. 190) retirado da pesquisa efetuada em 2006 pelo *Latinobarómetro*.

Quadro 5. Você diria que existe igualdade perante a lei?

	Muita	Alguma	Pouca	Nenhuma
ARGENTINA	4,6	13,9	44,1	37,3
BOLÍVIA	5,9	15	40,2	38,9
BRASIL	11,4	12,5	48,7	27,4
COLÔMBIA	10,3	21	46,3	22,4
COSTA RICA	18,5	19	38,8	23,6
CHILE	4,9	15	49	31,2
EQUADOR	3,3	10,7	58,5	27,4
EL SALVADOR	17,4	12,1	30,9	39,6
GUATEMALA	4,1	14	44,8	37,1
HONDURAS	23	9,2	39,5	28,3
MÉXICO	10,5	12,2	40,6	36,7
NICARÁGUA	19,4	12,2	26	42,4
PANAMÁ	12,1	16,4	37,8	33,7
PARAGUAI	7,6	12,2	28,2	52
PERU	7,3	11,9	48,6	32,2
REP. DOMINICANA	10,5	12,3	35	42,1
URUGUAI	10,4	39,5	35,3	14,8
VENEZUELA	22,1	24,7	36,8	16,4

Fonte: O'DONNELL (2010: p. 192) retirado da pesquisa efetuada em 2006 pelo *Latinobarómetro*.

CONFIANÇA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO NA AMÉRICA LATINA



Universidade Federal
de Campina Grande

Estes resultados demonstram uma percepção pouco crível em relação ao estado democrático de direito – além da forma de governo democrática (democracia eleitoral). Quando um país como a Venezuela demonstra notas baixas em processo eleitoral e pluralismo e no funcionamento do governo, isto parece refletir na sensibilidade dos cidadãos em relação as outras instituições do estado. Um poder executivo hiperdimensionado, fragilizando o mecanismo de *checks and balances*, impede a independência do Judiciário, que é fator decisivo para a isonomia jurídica e o acesso irrestrito dos cidadãos ao estado de direito.

CONCLUSÃO

A Democracia Contemporânea parte de um pressuposto teórico que prioriza os direitos civis, políticos, sociais e humanos (com preocupação ao conceito de dignidade humana), onde a sua qualidade está atrelada a forma pela qual as instituições políticas da democracia tratam os seus cidadãos. Este tratamento pode ser mensurado através de mecanismos metodológicos de análise empírica dos dados envoltos no conceito pré-definido de democracia. Este conceito prioriza, além das eleições schumpeterianas, a capacidade dos estados em garantir/preservar os direitos de cidadania. Daí a importância da análise empírica dos regimes políticos ultrapassar, mesmo numa perspectiva mínima da democracia, os critérios político-eleitorais das teorias subminimalistas da democracia.

CONCLUSÃO

A maioria dos países latino americanos é considerada semidemocracia, ou seja, são regimes políticos híbridos ou de democracias falhas, conforme os indicadores do *Index Democracy* de 2012. A comprovação empírica perpassa o mecanismo de análise baseada nos *surveys* do referido *Index*, quando o foco é a capacidade das instituições políticas dos estados latino-americanos em gerar um “produto” final exequível em relação às garantias dos direitos universais, os latino-americanos classificam tais instituições como pouco críveis em seus papéis de garantidoras daqueles direitos. Os países em sua maioria terminam se caracterizando por regimes de democracias falhas ou regimes híbridos (semidemocracias), sendo incapazes de proporcionar resultados satisfatórios em relação as suas instituições.